

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTIANA UEMURA SAMPATO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Os fantasmas que assombram Haddad



**Ministro se queixa dos 'fantasminhas' que prejudicam 'nosso plano de desenvolvimento', mas, se há espíritos a perturbar o trabalho da equipe econômica, não é no mercado que eles estão**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ter a impressão de que há um "fantasminha fazendo a cabeça das pessoas e prejudicando o nosso plano de desenvolvimento". Para ele, vários indicadores macroeconômicos mostram que o Brasil vai bem. "As vezes me chega um comentário e eu fico pensando de onde está saindo essa informação?", questionou o ministro, ao participar de audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara na última quarta-feira.

A confirmar as assombrações do ministro, o mercado financeiro teve um dia péssimo para os negócios. Parte desse movimento foi consequência da ata do Federal Reserve, o banco central dos EUA, que sinalizou juros altos por mais tempo e não descartou elevá-los caso a inflação norte-americana volte a subir. Mas é inegável que parte dessa reação se deveu às palavras do próprio ministro, que não poderia ter escolhido forma mais desastrosa para criticar o pessimismo dos investidores.

"As nossas expectativas, que eram

consideradas exageradas até outro dia, 'ah, não vai acontecer o que a Fazenda está dizendo', por enquanto, estão acontecendo", afirmou Haddad. "As contas estão mais equilibradas, a inflação totalmente controlada, os núcleos estão rodando abaixo da meta, que é exigentíssima", acrescentou.

Sabendo como o mercado financeiro funciona, o ministro poderia ter parado por aí, mas não se conteve. "Uma meta (de inflação) para um país com as condições do Brasil, de 3%, é um negócio inimaginável. Desde o regime de metas instituído, quantas vezes o Brasil teve 3% de inflação? Em quantos anos isso aconteceu, nos 25 anos do regime de metas?", questionou Haddad.

É bem provável que o ministro não tenha se dado conta da gravidade do que dizia naquele momento. Fato é que havia uma expectativa no ar sobre a próxima decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando o colegiado formado por Haddad, pela ministra Simone Tebet e pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, se reunirá para confirmar o alvo da inflação de 2025 e de 2026 e fixar a meta de 2027.

A completar o quadro, a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC expôs um racha entre os membros mais antigos e os indicados pelo presidente Lula da Silva. Essa divisão acendeu o alerta de que o governo está incomodado com os juros elevados e poderá mudar os rumos da política monetária em 2025, quando terá maioria entre os integrantes do Copom.

Como se sabe, a Selic é o principal instrumento da autoridade monetária

para conduzir a inflação à meta definida pelo CMN. Para o mercado, a declaração de Haddad soou como um recado. Se a meta é "exigentíssima", é porque está fora do lugar. Para piorar, quem já disse publicamente que a meta estava errada e precisava ser alterada foi ninguém menos que o presidente da República, em abril do ano passado.

Foi o suficiente para estragar o humor dos investidores de vez. A curva futura de juros embicou para cima, o dólar fechou em alta, o Ibovespa encerrou a quarta sessão consecutiva em queda e atingiu o menor nível em quase um mês. Esse cenário assombrado não foi provocado por nenhum "fantasma", e sim pelo próprio ministro Haddad. Se há espíritos a perturbar o trabalho do ministro, não é no mercado financeiro que eles estão, e sim no entorno de Haddad. O mercado não torce contra o governo, mas tampouco ignora o contexto político em que está inserido.

O que não falta são detratores a atuar contra os objetivos de Haddad de equilibrar as contas, o que necessariamente requer reduzir o gasto público, cortar os subsídios e zerar o déficit primário. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), desqualificou Simone Tebet depois que esta propôs a correção dos benefícios previdenciários pela inflação, única forma de preservar o arcabouço fiscal. Já seria bastante grave, não fosse o fato de que Gleisi muitas vezes é a porta-voz informal de Lula da Silva.

Portanto, Haddad faria melhor se, em vez de se ocupar de fantasmas, enfrentasse os vivíssimos adversários do equilíbrio fiscal. ●

## São Paulo aponta o caminho das pedras

**Enquanto o governo federal acelera sua jornada rumo a uma trajetória fiscal insustentável, o governo paulista apresenta um plano promissor para racionalizar os gastos públicos**

O governo do Estado de São Paulo apresentou as diretrizes de um plano para modernizar a administração pública, expandir investimentos, melhorar a qualidade do gasto público e reduzir as despesas correntes.

São medidas interdependentes. A ampliação dos investimentos se dará por iniciativas de qualificação da infraestrutura e melhoria do ambiente de negócios do Estado, por meio de medidas como a reestruturação das agências reguladoras e parcerias com a iniciativa privada. Para viabilizar investimentos públicos, o decreto prevê vendas de ativos imobiliários, medidas de redução de custeio e de pessoal e revisão de programas de governo e benefícios fiscais.

Por enquanto, são apenas diretrizes.

Muito ainda precisará ser detalhado. Cada secretaria precisará elaborar, nos próximos 90 dias, diagnósticos e propostas de otimização dos gastos. Parte das medidas dependerá da aprovação da Assembleia Legislativa. Até por isso o governo evita apresentar uma estimativa total do projeto. Mas só a revisão dos benefícios fiscais concedidos a empresas, hoje na casa de R\$ 60 bilhões anuais, pode aumentar a arrecadação em até R\$ 20 bilhões por ano.

Não se trata da mera redução do tamanho do Estado ou de simplesmente gastar menos, mas de buscar um Estado eficiente, que gaste bem. Tampouco basta investir, se esse investimento não aumenta a produtividade. Por isso, uma das medidas mais importantes do decreto, com potencial de se transformar em política de Estado, é a imple-

mentação de um Sistema de Avaliação da Qualidade do Gasto. O decreto estabelece ainda a criação de um conselho gestor do plano, que revisará mensalmente sua eficácia e poderá propor novas diretrizes e ações.

O plano paulista é praticamente uma foto em negativo do "plano", por assim dizer, do governo federal para a consolidação fiscal. O governo de São Paulo não esconde esse contraste – ao contrário, enfatiza-o implicitamente já no nome do programa: "São Paulo na Direção Certa".

De fato, bastou a ministra do Planejamento, Simone Tebet, sugerir medidas no mesmo sentido, como um mecanismo de revisão de gastos ou a desindexação dos benefícios previdenciários do reajuste do salário mínimo, para ser escuraçada pelas bases petistas da maldadada "frente ampla".

Respondendo à monomania lulopetista por mais gastos, o Ministério da Fazenda foi praticamente reduzido a um "Ministério da Arrecadação". Mas mesmo esse expediente já começa a fazer água. A cada nova projeção fiscal, fica mais claro que, na composição do Orçamento federal, não só as receitas foram superestimadas e as despesas foram subestimadas, mas os gastos fixos foram criados com base no entusiasmo ou na ilusão de receitas provisórias.

Espaço para aumentar impostos não há. Entre os grandes países emergen-

tes, o Brasil já tem a maior carga tributária. A dívida pública do Brasil também só não é maior que a da Argentina e a do Egito. Pelos critérios de cálculo do FMI, a dívida bruta do setor público brasileiro subiu de 85% do PIB em 2022 para 88% em 2023, enquanto a média dos emergentes é de 68%. A manter essa rota, pelas projeções do FMI a dívida chegará em 2028 a 96% do PIB.

O Brasil conhece esse roteiro. Foi justamente o descontrolado fiscal das gestões petistas que precipitou a economia nacional na pior recessão da história moderna. Mas o negacionismo do governo é invencível, e ele rumo obstinado em sua volta ao passado.

Segundo as projeções fiscais da Secretaria do Tesouro, o espaço já marginal para as despesas discricionárias, ou seja, de custeio e investimentos, encolherá aceleradamente até desaparecer em 2030.

Em contraste, São Paulo está mostrando o caminho. É incerto ainda em que medida o governo terá capacidade de articulação para resistir às pressões corporativistas e se terá pulso e habilidade para dirigir a máquina pública nessa direção. O governo ainda precisará detalhar os meios para chegar ao fim desejado – e, como se sabe, o diabo mora nos detalhes. Mas do que se sabe até o momento dessa nova política econômica, São Paulo está, de fato, se orientando na direção certa. ●